



Accountability democrática e a construção do campo científico: evidências bibliométricas

Isadora Maisa Dias da Silva

(Universidade Federal do Rio Grande do Norte / isadora.dias.104@ufrn.edu.br)

Luziana Maria Nunes de Queiroz

(Universidade Federal do Rio Grande do Norte / luziana.maria@ufrn.br)

RESUMO:

A accountability democrática constitui um conceito central para a compreensão do controle do poder político e da qualidade das democracias contemporâneas. Apesar de sua relevância, a produção científica sobre o tema encontra-se dispersa em diferentes áreas e agendas de pesquisa. Diante disso, este estudo tem como objetivo mapear bibliometricamente a produção científica internacional sobre accountability democrática, investigando sua evolução temporal, os autores e obras mais influentes e a estrutura intelectual do campo. O problema de pesquisa consiste em compreender como se organiza e evolui a literatura acadêmica sobre accountability democrática. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como um mapeamento bibliométrico, de abordagem quantitativa e descritiva, com base em 250 documentos indexados na base Scopus, coletados em dezembro de 2025, a partir da string “democratic accountability” aplicada ao campo Title. Foram realizadas análises de produtividade e análises relacionais, com o apoio do software VOSviewer. Os resultados indicam crescimento consistente da produção ao longo do tempo, forte influência de obras publicadas entre os anos 2000 e 2010, fragmentação das redes de coautoria e organização temática em clusters relativamente especializados. Conclui-se que o campo apresenta maturidade teórica, mas permanece marcado por pluralidade analítica e segmentação temática.

PALAVRAS-CHAVE: Accountability democrática, Mapeamento bibliométrico, Produção científica.



1. Introdução

A accountability democrática ocupa posição central nos debates contemporâneos sobre a qualidade da democracia, o controle do poder político e a legitimidade das instituições públicas. Em regimes democráticos representativos, a delegação de autoridade aos governantes pressupõe a existência de mecanismos capazes de assegurar que o exercício do poder seja permanentemente fiscalizado, justificado e, quando necessário, sancionado. Nesse sentido, a accountability emerge como um princípio estruturante das democracias modernas, articulando dimensões institucionais, políticas e sociais voltadas à responsabilização dos agentes públicos perante a sociedade (Przeworski et al., 1999).

A literatura clássica sobre o tema enfatiza que a accountability democrática não se restringe ao momento eleitoral, mas depende do funcionamento contínuo de instituições de controle e de arranjos que possibilitem a supervisão do poder estatal. O'Donnell (1998) contribuiu de forma decisiva para esse entendimento ao distinguir as dimensões vertical e horizontal da accountability, ampliando o debate para além da lógica eleitoral e evidenciando o papel de instituições autônomas no controle recíproco entre poderes. Complementarmente, Schedler (1999) destaca que a accountability envolve, de maneira indissociável, os pilares da informação, da justificativa e da sanção, oferecendo uma base analítica que tem orientado tanto estudos normativos quanto investigações empíricas.

Ao longo das últimas décadas, o conceito de accountability democrática tem sido progressivamente incorporado a diferentes agendas de pesquisa, atravessando campos como a ciência política, a administração pública, o direito, os estudos de governança e, mais recentemente, as análises sobre participação cidadã e tecnologias digitais. Bovens (2007) propõe compreender a accountability como uma relação social estruturada, deslocando o foco de definições estritamente normativas para a observação das práticas concretas de prestação de contas. Essa perspectiva relacional contribuiu para diversificar os enfoques analíticos e para ampliar o escopo empírico dos estudos sobre o tema.

Apesar da centralidade conceitual da accountability democrática, observa-se que o campo científico que a investiga é marcado por heterogeneidade teórica, pluralidade metodológica e dispersão temática. Trabalhos distintos mobilizam o conceito a partir de enfoques variados, como responsividade eleitoral, desempenho governamental, clientelismo, governança multinível, controle institucional e participação social (Behn, 2001; Peters, 2010; Bevir, 2010). Tal diversidade, embora enriquecedora, dificulta a compreensão integrada sobre como o campo se estrutura, quais são seus núcleos teóricos predominantes, seus autores de referência e as conexões estabelecidas entre as diferentes vertentes analíticas.

Nesse contexto, torna-se relevante examinar não apenas os conteúdos substantivos dos estudos sobre accountability democrática, mas também a forma como o conhecimento científico sobre o tema tem sido produzido, disseminado e articulado ao longo do tempo. Estudos bibliométricos e mapeamentos da produção científica oferecem instrumentos adequados para esse propósito, ao possibilitarem a identificação de padrões de publicação, redes de colaboração, estruturas de co-citação e dinâmicas conceituais que conformam determinado campo de pesquisa (Koseoglu, 2016). Esse tipo de abordagem permite avançar



para além de revisões narrativas tradicionais, fornecendo uma leitura sistemática e quantitativa da evolução do debate acadêmico.

Diante disso, o presente estudo parte do seguinte problema de pesquisa: como se estrutura o campo científico da accountability democrática a partir da produção acadêmica indexada na base Scopus? Assim, o objetivo deste estudo é analisar a evolução e a estrutura do campo científico da accountability democrática por meio de técnicas bibliométricas. Ao investigar a evolução temporal das publicações, os periódicos e autores mais influentes, bem como as relações bibliométricas que articulam o corpus analisado, busca-se compreender o grau de consolidação, fragmentação e maturidade do campo.

A relevância da pesquisa reside, portanto, em sua contribuição para a sistematização do conhecimento produzido sobre accountability democrática, oferecendo uma visão panorâmica e analiticamente fundamentada sobre a construção desse campo científico. Ao evidenciar tendências, núcleos teóricos e nichos de pesquisa, o estudo fornece subsídios tanto para pesquisadores que ingressam no debate quanto para investigações futuras que busquem aprofundar dimensões específicas da accountability democrática, especialmente em contextos institucionais e democráticos em transformação.

2. Fundamentação teórica

2.1. Accountability democrática: fundamentos conceituais e tipologias

A accountability democrática constitui um dos pilares centrais das democracias contemporâneas, estando diretamente relacionada à necessidade de controle do poder político, de responsabilização dos governantes e de fortalecimento da legitimidade das instituições públicas. O conceito emerge da preocupação com a delegação de autoridade em regimes representativos e com os riscos inerentes à assimetria informacional entre governantes e cidadãos, sendo compreendido como um conjunto de mecanismos que possibilitam a fiscalização, a justificação das ações governamentais e a aplicação de sanções quando necessário (Przeworski; Stokes; Manin, 1999).

Uma contribuição fundamental para a consolidação teórica do conceito é apresentada por O'Donnell (1998), ao distinguir a accountability democrática em suas dimensões vertical e horizontal. A primeira refere-se aos mecanismos exercidos pela sociedade, sobretudo por meio das eleições e da participação política, enquanto a segunda diz respeito à atuação de instituições estatais autônomas responsáveis por fiscalizar e controlar o exercício do poder por outros órgãos do Estado. Essa formulação ampliou significativamente o debate ao evidenciar que a responsabilização democrática não se restringe ao momento eleitoral, mas depende do funcionamento contínuo de arranjos institucionais de controle.

Assim, Schedler (1999), por sua vez, contribui para o aprofundamento analítico ao decompor a accountability em três dimensões interdependentes: informação, justificação (answerability) e sanção (enforcement). Para o autor, a existência de mecanismos de prestação de contas exige não apenas a divulgação de informações, mas também a capacidade de exigir explicações e de aplicar consequências em caso de desvios. Essa abordagem tem sido



amplamente adotada na literatura por permitir a operacionalização empírica do conceito e por oferecer critérios normativos para a avaliação da qualidade democrática.

Em perspectiva complementar, Bovens (2007) propõe compreender a accountability como uma relação social estruturada entre um ator que presta contas e um fórum que avalia essa prestação. Essa concepção desloca o foco de definições estritamente normativas para a análise das práticas concretas de responsabilização, permitindo examinar diferentes arranjos institucionais e contextos políticos. Ao enfatizar o caráter relacional da accountability, o autor contribui para uma compreensão mais abrangente e analiticamente sofisticada do conceito.

Com vistas a sintetizar as principais contribuições conceituais que fundamentam o debate sobre accountability democrática, apresenta-se o Quadro 1, que sistematiza autores, obras e enfoques predominantes na literatura.

Quadro 1. Síntese conceitual da accountability democrática na literatura

Autor(es)	Obras de referência	Contribuição central	Dimensão da accountability
O'Donnell (1998)	Horizontal Accountability in New Democracies	Distinção entre accountability vertical e horizontal	Institucional e eleitoral
Schedler (1999)	Conceptualizing Accountability	Answerability e enforcement como pilares analíticos	Normativa e procedimental
Bovens (2007)	Analysing and Assessing Accountability	Accountability como relação social	Relacional e avaliativa
Przeworski et al. (1999)	Democracy, Accountability, and Representation	Vínculo entre representação e controle democrático	Política

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A partir dessa síntese, observa-se que a literatura converge ao tratar a accountability democrática como um conceito multifacetado, que articula dimensões institucionais, procedimentais e relacionais. Embora os autores adotem enfoques distintos, há consenso quanto ao caráter processual da accountability e à sua dependência de mecanismos que combinem informação, justificativa e possibilidade de sanção. No contexto brasileiro, o debate sobre accountability também tem sido progressivamente incorporado às análises sobre democracia, transparência e controle institucional. Assim sendo, mecanismos de acesso à informação, participação social e fiscalização institucional ampliam a capacidade de monitoramento da sociedade sobre a atuação estatal, fortalecendo práticas de responsabilização pública e governança democrática (Pinho; Sacramento, 2009; Rios; Garcia, 2023). Ademais, Mansur e Motos (2025) destacam que a transparência governamental e os instrumentos de controle social constituem dimensões fundamentais para a efetividade da accountability no contexto das instituições públicas brasileiras.

Essa compreensão ampliada fornece a base conceitual necessária para analisar como a accountability democrática se materializa nas estruturas político-administrativas e como é



reconfigurada diante de transformações institucionais, participativas e tecnológicas, aspectos que serão aprofundados nas seções seguintes.

2.2. Accountability democrática e instituições político-administrativas

A efetivação da accountability democrática está diretamente condicionada ao funcionamento das instituições político-administrativas e à capacidade do Estado de estruturar mecanismos de controle, supervisão e responsabilização dos agentes públicos. No campo da administração pública, a accountability é compreendida como um atributo institucional que se materializa por meio de arranjos organizacionais, normas formais, sistemas de controle interno e externo e da atuação de órgãos fiscalizadores, especialmente o Poder Legislativo e as instituições de controle. Peters (2010) argumenta que a crescente complexidade do Estado contemporâneo amplia os desafios à responsabilização democrática, exigindo estruturas institucionais capazes de equilibrar autonomia administrativa, eficiência e controle político.

Os modelos tradicionais de accountability, historicamente associados ao cumprimento de regras, procedimentos e hierarquias formais, têm sido tensionados por demandas contemporâneas por desempenho, resultados e responsividade governamental. Behn (2001) destaca que diferentes tipos de accountability (política, administrativa, legal e profissional) coexistem nas organizações públicas, frequentemente gerando conflitos e ambiguidades quanto às expectativas de controle. Essa multiplicidade evidencia que a accountability democrática não se configura como um mecanismo único, mas como um campo marcado por disputas normativas e institucionais, no qual distintos atores demandam justificativas e resultados sob lógicas diversas.

Assim sendo, avanços recentes na literatura têm buscado atualizar esse debate ao situar a accountability democrática no interior das organizações públicas e de seus contextos institucionais específicos. Uma revisão sistemática conduzida por Fan (2025) evidencia que os estudos contemporâneos sobre accountability no setor público passaram a incorporar, de forma mais consistente, dimensões relacionadas à performance organizacional, à capacidade administrativa e às reformas institucionais. Os achados indicam que a efetividade da accountability depende não só de dispositivos formais de controle, como também de fatores organizacionais e contextuais que moldam a forma como a responsabilização é exercida na prática.

Nesse sentido, destaca-se a centralidade da qualidade institucional e burocrática para o funcionamento dos mecanismos de accountability democrática. Slough (2024) demonstra que a qualidade da burocracia influencia diretamente a capacidade dos eleitores de responsabilizar governos por seu desempenho, evidenciando que instituições administrativas eficazes são condição necessária para que os mecanismos de accountability eleitoral operem de maneira consistente. À vista disso, é possível compreender que a accountability democrática não se limita à arena política, mas é profundamente afetada pelas capacidades administrativas do Estado.



Sob tais perspectivas, a abordagem da governança democrática também contribui para ampliar o entendimento sobre o papel das instituições na responsabilização pública. Bevir (2010) argumenta que a transição de modelos hierárquicos de governo para arranjos de governança em rede redefine os mecanismos tradicionais de controle, ao incorporar atores não estatais aos processos decisórios. Nesse cenário, a accountability democrática passa a depender não apenas de instituições formais, mas também de práticas colaborativas, normas compartilhadas e capacidades institucionais de coordenação e supervisão em contextos policêntricos.

Adicionalmente, debates contemporâneos têm enfatizado a importância da formação e da atuação profissional dos gestores públicos para a sustentação da accountability democrática. Koliba (2025) destaca que a consolidação de padrões democráticos de accountability exige, além de estruturas institucionais adequadas, a capacitação dos administradores públicos para lidar com dilemas éticos, pressões políticas e demandas por transparência e responsividade. Assim, a literatura recente aponta que a accountability democrática resulta da interação entre arranjos institucionais, capacidades administrativas e práticas profissionais, reforçando seu caráter multidimensional e contextualizado.

2.2. Novas abordagens da accountability democrática: participação, transparência e tecnologias digitais

Nas últimas décadas, o debate sobre accountability democrática tem incorporado novas dimensões relacionadas à participação cidadã, à transparência pública e ao uso de tecnologias digitais. Esse movimento reflete transformações mais amplas nas democracias contemporâneas, marcadas pela ampliação do acesso à informação e pelo surgimento de novas formas de interação entre Estado e sociedade. Fung et al. (2007) argumentam que políticas de transparência podem fortalecer a accountability ao reduzir assimetrias informacionais e ampliar a capacidade de monitoramento social.

Entretanto, a relação entre transparência e accountability não é automática. Fox (2007) destaca a necessidade de distinguir entre transparência opaca e transparência clara, ressaltando que apenas informações acessíveis, compreensíveis e acionáveis contribuem efetivamente para a responsabilização democrática. Essa distinção torna-se particularmente relevante em contextos de governo digital, nos quais a abundância de dados nem sempre se traduz em maior controle social.

O uso de tecnologias digitais também tem ampliado as possibilidades de participação cidadã e de controle democrático. Noveck (2015) enfatiza o potencial das plataformas digitais para promover formas colaborativas de governança, nas quais cidadãos atuam como coprodutores de políticas públicas. Nesse sentido, a accountability democrática passa a incorporar dimensões participativas mais amplas, baseadas no engajamento cívico e no uso de ferramentas digitais para fiscalização e deliberação.

Assim sendo, Margetts et al. (2017) alertam que a digitalização da esfera pública introduz novos desafios à accountability democrática, como a fragmentação da informação e a intensificação de conflitos políticos. Embora as tecnologias digitais ampliem as



possibilidades de controle social, elas também podem gerar novas formas de opacidade e assimetrias de poder. Desse modo, a accountability democrática no contexto digital deve ser analisada de forma crítica, considerando tanto seus potenciais quanto seus limites institucionais e sociais (Constantino; Wagner, 2024).

De forma convergente, Larreguy e Raffler (2025) argumentam que os efeitos das tecnologias digitais e das mídias sociais sobre a responsabilização democrática são condicionados por fatores institucionais, níveis de polarização política e capacidade estatal, especialmente em democracias em desenvolvimento. Assim, o acesso ampliado à informação não implica, necessariamente, maior responsabilização. Sob tais aspectos, diante da diversidade conceitual e da expansão recente da produção científica sobre accountability democrática, torna-se pertinente examinar como esse campo tem se estruturado na literatura internacional.

3. Método de pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem quantitativa, com utilização de procedimentos bibliográficos, tendo como foco o mapeamento da produção científica sobre accountability democrática. Segundo Gil (2019), a pesquisa descritiva tem como finalidade principal a caracterização de fenômenos, populações ou relações entre variáveis, sem a intenção de interferir diretamente na realidade investigada. No mesmo sentido, Marconi e Lakatos (2017) destacam que estudos bibliográficos permitem ao pesquisador identificar tendências, lacunas e padrões de produção do conhecimento em determinado campo científico.

Do ponto de vista metodológico, o estudo enquadra-se como um mapeamento bibliográfico com uso de técnicas bibliométricas, o qual busca sistematizar e analisar quantitativamente a literatura científica existente sobre um tema específico. Esse tipo de abordagem tem sido amplamente utilizado para compreender a evolução de campos de pesquisa, identificar autores, periódicos e temas centrais, bem como examinar a estrutura intelectual de áreas do conhecimento.

A coleta de dados foi realizada por meio da base de dados Scopus, escolhida por sua ampla cobertura multidisciplinar e reconhecimento internacional como uma das principais fontes de indexação de literatura científica revisada por pares. A Scopus reúne periódicos de alto impacto em diversas áreas, incluindo de Ciências Sociais, Administração Pública e Ciência Política, o que a torna adequada para estudos de análises bibliométricas. O acesso à base foi realizado por meio do Portal de Periódicos da CAPES, utilizando a plataforma da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe).

A busca foi conduzida em dezembro de 2025, utilizando a seguinte *string* de busca aplicada exclusivamente ao campo *Title*: “*democratic accountability*”. A restrição da busca ao campo *Title* teve como objetivo assegurar elevada precisão conceitual, garantindo que a accountability democrática constituísse o eixo central dos estudos analisados, e não apenas um elemento secundário. A opção por não restringir o recorte temporal justifica-se pelo



objetivo de captar a totalidade da evolução histórica da produção científica sobre accountability democrática, desde seus primeiros debates até as abordagens contemporâneas. Considerando que essa estratégia resultou em um corpus robusto de 250 documentos, avaliou-se que a delimitação adotada não comprometeu a representatividade do campo, mas contribuiu para a consistência e confiabilidade das análises bibliométricas realizadas.

A análise dos dados foi realizada por meio de técnicas bibliométricas, que permitem examinar quantitativamente a produção científica e suas relações estruturais. A própria plataforma Scopus disponibiliza mecanismos avançados de busca, filtragem e organização dos dados, bem como ferramentas para a geração de estatísticas descritivas, como evolução temporal das publicações, distribuição por autores, periódicos e áreas do conhecimento, o que facilita a construção inicial do corpus analítico.

No campo da bibliometria, Koseoglu (2016) identifica duas grandes dimensões analíticas. A primeira refere-se à dimensão de produtividade, que envolve indicadores como o número de publicações ao longo do tempo, a produção por autor e métricas de impacto baseadas em citações. A segunda corresponde à dimensão relacional, que engloba análises de co-autoria, co-citação, coocorrência de palavras-chave e acoplamento bibliográfico. Enquanto os indicadores de produtividade permitem identificar padrões de publicação e visibilidade científica, as análises relacionais contribuem para a compreensão da estrutura intelectual e conceitual do campo, bem como de sua dinâmica evolutiva.

Com base nisso, as informações bibliométricas podem ser tratadas manualmente pelo pesquisador ou com o auxílio de softwares especializados. Neste estudo, os dados resultantes da Scopus foram baixados e o arquivo extraído em formato "*commaseparated-values*" (.csv) foi posteriormente processado no software VOSviewer, ferramenta amplamente empregada em estudos bibliométricos, em razão de sua capacidade de construir mapas de redes científicas e identificar clusters temáticos de maneira visual e analiticamente estruturada.

Visto isso, com o intuito de sistematizar e tornar mais transparente o percurso metodológico adotado, a Quadro 2 apresenta uma síntese das principais etapas do processo de pesquisa, desde a definição do objeto de estudo até os procedimentos de análise dos dados bibliográficos.

Quadro 2. Síntese do processo metodológico da pesquisa

Etapas	Descrição
Objeto de estudo	Accountability democrática
Estratégia metodológica	Mapeamento bibliométrico da literatura científica
Base de dados	Scopus
Período da coleta	Dezembro de 2025
String de busca	"democratic accountability"
Critério de inclusão	Documentos indexados na Scopus que contivessem o termo de busca no título, independentemente do ano de publicação
Corpus final	250 documentos
Procedimentos de análise	Análises bibliométricas de natureza produtiva (volume de publicações, autores e fontes) e relacional (coautoria, co-

citação, coocorrência de palavras-chave e acoplamento bibliográfico)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Dados os fatos mencionados, tal estrutura metodológica permitiu organizar um corpus consistente e conceitualmente delimitado. Assim sendo, a seção seguinte dedica-se à apresentação e interpretação dos achados empíricos.

4. Análise dos resultados

A análise temporal das publicações sobre accountability democrática revela um crescimento gradual e consistente da produção científica ao longo do tempo, ainda que com oscilações pontuais, conforme evidencia o Gráfico 1. O primeiro registro identificado na base Scopus data de 1984, indicando que o tema já era objeto de atenção acadêmica, ainda que de forma incipiente. Até o início dos anos 2000, observa-se uma produção esparsa e irregular, com poucos documentos por ano, o que sugere um estágio inicial de consolidação conceitual do campo.

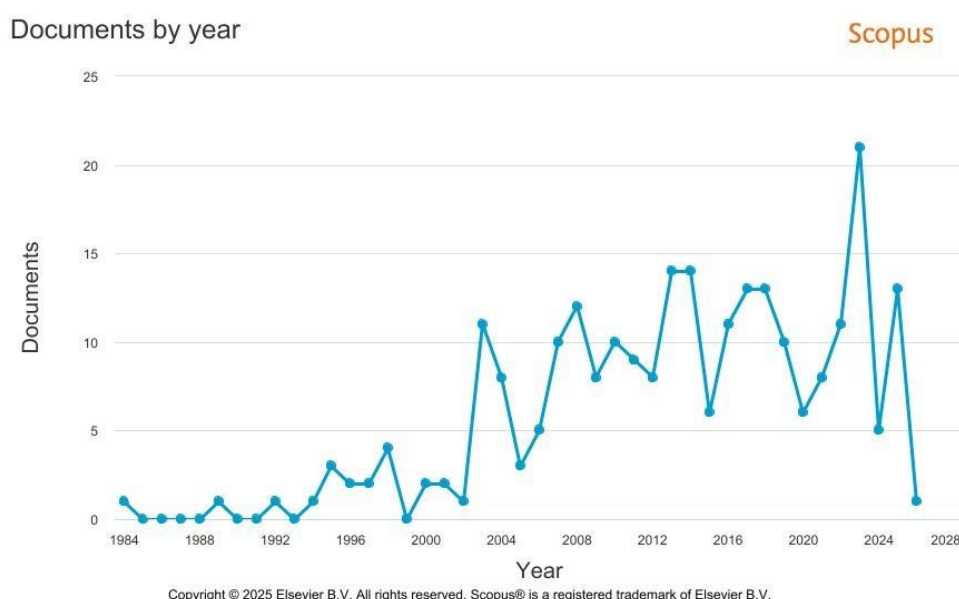


Gráfico 1. Publicações sobre accountability democrática por ano.

Fonte: Scopus, extraído pelas autoras (2025).

Na sequência, a partir dos anos 2000, especialmente após 2003, nota-se um aumento mais expressivo e contínuo das publicações, evidenciando a ampliação do interesse acadêmico pelo tema, possivelmente associada ao fortalecimento dos debates sobre democracia, governança e controle do poder público. Entre 2010 e 2018, a produção mantém-se em patamares elevados e relativamente estáveis, com destaque para os anos de 2013 e 2014, que registram picos relevantes.



Nos anos mais recentes, o tema apresenta novo impulso, com destaque para 2023, que concentra o maior número de publicações (21 documentos), sinalizando a atualidade e a relevância do debate. Observa-se ainda a presença de um documento indexado em 2026, apesar de a coleta de dados ter sido realizada em 2025, o que se explica pela prática editorial da Scopus de indexar artigos “in press” ou com publicação antecipada. Em conjunto, esses dados indicam um campo em clara expansão, com crescente maturidade e renovado interesse acadêmico.

À vista disso, a análise dos documentos por ano segundo a fonte de publicação evidencia que a produção científica sobre accountability democrática encontra-se dispersa entre periódicos de alto prestígio, sem concentração contínua em uma única revista ao longo do tempo. O Gráfico 2 destaca cinco periódicos, quais sejam: *West European Politics*, *American Journal of Political Science*, *Political Behavior*, *European Law Journal* e *Financial Accountability and Management*, as quais apresentam publicações pontuais, geralmente com um ou dois artigos em anos específicos, o que indica que o tema é incorporado de forma transversal às agendas editoriais dessas revistas.

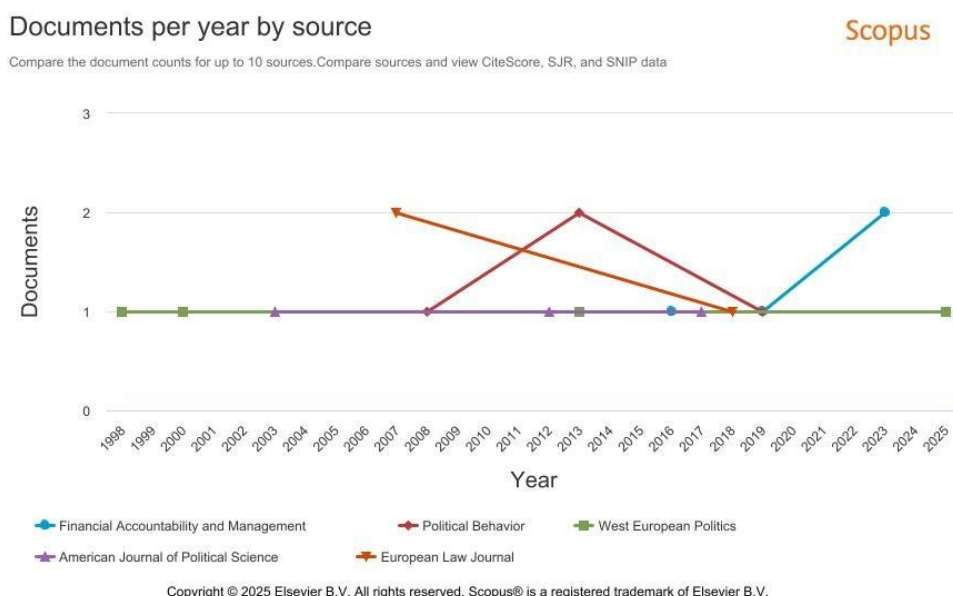


Gráfico 2. Documentos por ano por fonte
Fonte: Scopus, extraído pelas autoras (2025).

Esse padrão sugere que a accountability democrática não constitui um dossiê temático recorrente, mas sim um objeto analítico mobilizado em diferentes debates disciplinares, como comportamento político, direito europeu, ciência política comparada e gestão pública. Destaca-se ainda que, nos anos mais recentes, periódicos voltados à área de negócios e gestão financeira passam a figurar com maior presença, sinalizando uma ampliação do enfoque institucional e administrativo do conceito.

Nesse contexto, destaca-se o artigo “*Progressive Reform and the Decline of Democratic Accountability: The Popular Election of State Supreme Court Judges, 1850–1920*”, publicado em abril de 1984 por Kermit L. Hall, que figura como a primeira publicação identificada sobre



accountability democrática no corpus analisado. Embora reconhecido por seu caráter inaugural, o estudo ocupa a 65ª posição no ranking de citações da base, com 23 citações registradas na Scopus. A Tabela 1 apresenta os 15 artigos mais citados sobre accountability democrática, evidenciando a centralidade do trabalho de Kitschelt e Wilkinson (2007), que ocupa a primeira posição, com 533 citações, consolidando-se como a principal referência do campo segundo os critérios bibliométricos adotados.

Tabela 1. Quinze principais publicações por nº de citações (Scopus)

Posição	Autor(es)	Artigo	Ano	Periódico	Nº de citações
1	Kitschelt, H., Wilkinson, S.I.	Patrons, clients, and policies: Patterns of democratic accountability and political competition	2007	Patrons Clients and Policies Patterns of Democratic Accountability and Political Competition, pp. 1–377	533
2	Kitschelt, H., Wilkinson, S.I.	A research agenda for the study of Citizen-Politician linkages and democratic accountability	2007	Patrons Clients and Policies Patterns of Democratic Accountability and Political Competition, pp. 322–343	532
3	Anderson, C.J.	The end of economic voting? Contingency dilemmas and the limits of democratic accountability	2007	Annual Review of Political Science , 10, pp. 271–296	374
4	Papadopoulos, Y.	Problems of democratic accountability in network and multilevel governance	2007	European Law Journal , 13(4), pp. 469–486	283
5	Papadopoulos, Y.	Cooperative forms of governance: Problems of democratic accountability in complex environments	2003	European Journal of Political Research , 42(4), pp. 473–501	197
6	Arceneaux, K.	Can partisan cues diminish democratic accountability?	2008	Political Behavior , 30(2), pp. 139–160	176
7	Auel, K.	Democratic accountability and national parliaments: Redefining the impact of parliamentary scrutiny in EU affairs	2007	European Law Journal , 13(4), pp. 487–504	162



8	Held, D.	Democratic Accountability and Political Effectiveness from a Cosmopolitan Perspective	2004	Government and Opposition , 39(2), pp. 364–391	143
9	Behn, R.D.	The new public management paradigm and the search for democratic accountability	1998	International Public Management Journal , 1(2), pp. 131–164	137
10	Philp, M.	Delimiting democratic accountability	2009	Political Studies , 57(1), pp. 28–53	128
11	Mainwaring, S., Welna, C.	Democratic Accountability in Latin America	2005	Democratic Accountability in Latin America, pp. 1–360	124
12	Ahmed, Z. , Adebayo, T.S., Udemba, E.N., Murshed, M., Kirikkaleli, D.	Effects of economic complexity, economic growth, and renewable energy technology budgets on ecological footprint: the role of democratic accountability	2022	Environmental Science and Pollution Research , 29(17), pp. 24925–24940	199
13	Hutchings, V.L.	Public opinion and democratic accountability: how citizens learn about politics	2021	Public Opinion and Democratic Accountability how Citizens Learn about Politics, pp. 1–174	108
14	Olsen, J.P.	The Institutional Basis of Democratic Accountability	2013	West European Politics , 36(3), pp. 447–473	101
15	Goodin, R.E.	Democratic accountability: The distinctiveness of the third sector	2003	Archives Europeennes De Sociologie , 44(3), pp. 359–396	92

Fonte: Elaborada pelas autoras com base na pesquisa Scopus (2025).

Observa-se, inicialmente, que os artigos mais citados concentram-se majoritariamente entre os anos 2000 e 2010, período em que o conceito de accountability democrática ganha maior densidade analítica e passa a ser sistematicamente associado a temas como responsividade política, clientelismo, instituições representativas, comportamento eleitoral e qualidade da democracia. Esse dado indica que a consolidação do campo ocorreu sobretudo nesse intervalo temporal, cujos trabalhos continuam exercendo forte influência sobre a produção científica posterior.

De forma sintética, observa-se que a maior parte das quinze publicações mais citadas se concentra em uma mesma macroárea temática, vinculada à ciência política e aos estudos comparados sobre democracia, representação e instituições políticas. Predominam trabalhos que abordam a accountability democrática a partir de enfoques como responsividade

eleitoral, partidos políticos, clientelismo, desempenho institucional e controle democrático, dialogando fortemente com a literatura de política comparada e teoria democrática.

Nesse conjunto, autores como Kitschelt, Wilkinson, Przeworski, Manin e O'Donnell situam-se claramente nesse núcleo temático, reforçando a centralidade da accountability democrática como categoria analítica para compreender o funcionamento e a qualidade das democracias. Há também convergência metodológica, com forte presença de análises comparativas e modelos explicativos aplicados a diferentes contextos nacionais.

No que concerne aos indicadores relacionais extraídos por meio dos mapas gerados no VOSviewer, especificamente no tocante ao acoplamento bibliográfico, observa-se que, embora o corpus total da pesquisa seja composto por 250 documentos, apenas 17 itens atenderam aos critérios mínimos definidos para estabelecer vínculos bibliográficos entre si. Isso indica que somente esse subconjunto de artigos compartilha referências suficientes para formar conexões na rede de acoplamento, resultando em uma estrutura composta por 4 clusters e 35 ligações, com força total de ligação de 207 (Figura 1).



Figura 1. Acoplamento bibliográfico dos artigos selecionados
Fonte: Elaborada pelas autoras a partir da base Scopus e do VOSviewer (2025).

A análise da Figura 1 evidencia a existência de um núcleo restrito de pesquisadores que compartilham bases bibliográficas comuns no campo da accountability democrática. Considerando apenas o maior conjunto de autores conectados, conforme procedimento padrão em estudos bibliométricos, o mapa revelou quatro clusters principais, indicando frentes de pesquisa contemporâneas relativamente bem definidas.

Esses agrupamentos refletem afinidades teóricas e metodológicas entre autores que dialogam a partir de referenciais semelhantes, ao passo que a presença de numerosos autores não conectados (não representados no mapa) aponta para elevada fragmentação periférica do campo. Tal configuração sugere que, embora a accountability democrática seja



amplamente mobilizada na literatura, apenas parte da produção recente compartilha um núcleo teórico comum, o que reforça o caráter plural e interdisciplinar do debate.

Na análise de co-autoria, a base identificou um total de 376 autores. Contudo, ao estabelecer como critério mínimo a presença de dois documentos por autor no corpus analisado, apenas 37 co-autores atenderam a esse recorte, conforme revela a figura 2.

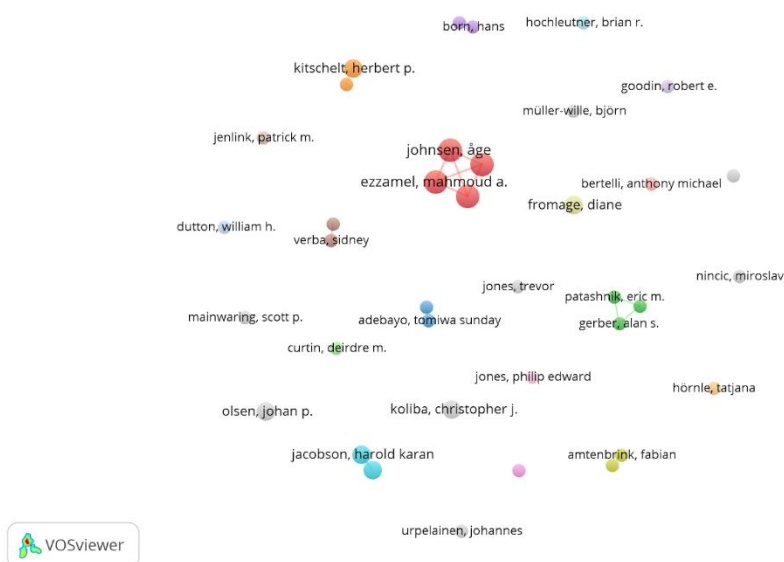


Figura 2. Análise de co-autoria dos artigos selecionados
Fonte: Elaborada pelas autoras a partir da base Scopus e do VOSviewer (2025).

A análise da figura evidencia um campo científico marcado por baixa densidade colaborativa e elevada fragmentação autoral. Embora a base analisada reúna um número expressivo de pesquisadores, apenas um conjunto reduzido de autores estabelece vínculos de co-autoria, resultando em um mapa caracterizado por 26 clusters pouco conectados entre si. Observa-se a predominância de autores isolados ou com vínculos restritos a pares específicos, o que indica que a produção científica sobre accountability se organiza majoritariamente em nichos de pesquisa, com limitado intercâmbio intelectual entre grupos distintos. Mesmo autores com maior centralidade relativa no mapa não exercem papel agregador suficiente para promover uma rede colaborativa mais integrada. Esse padrão sugere que, apesar da relevância e da transversalidade do tema, o debate acadêmico permanece pulverizado, o que pode dificultar a consolidação de agendas teóricas comuns e o avanço cumulativo do conhecimento na área.

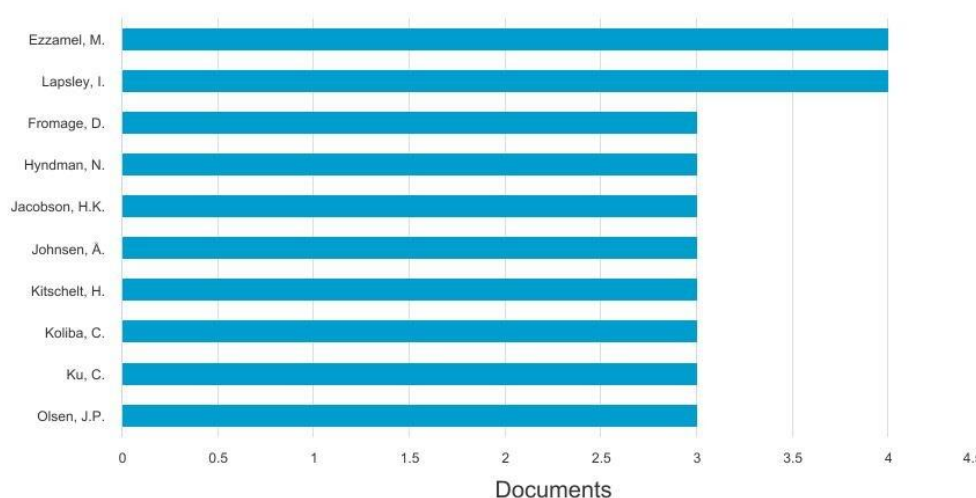
Na análise de produtividade, com ênfase nos autores que mais contribuíram para a produção científica sobre a temática, o Gráfico 3 apresenta a distribuição do número de documentos por autor relacionados à accountability democrática. Extraído diretamente da base Scopus, o gráfico evidencia os dez autores com maior volume de publicações sobre o tema, permitindo identificar aqueles que concentram maior recorrência produtiva no campo.



Documents by author

Compare the document counts for up to 15 authors.

Scopus



Copyright © 2025 Elsevier B.V. All rights reserved. Scopus® is a registered trademark of Elsevier B.V.

Gráfico 3. Número de documentos disponíveis por autor
Fonte: Scopus, extraído pelas autoras (2025).

A base Scopus disponibiliza perfis individuais dos autores, nos quais cada pesquisador é identificado por um código único (ORCID), permitindo a padronização das buscas e a correta atribuição da produção científica. Esses perfis reúnem indicadores bibliométricos, como o índice H-index, que relaciona o volume de publicações ao número de citações recebidas e é amplamente utilizado para mensurar impacto acadêmico e comparar trajetórias científicas (Bar-Ilan, 2008). A análise da produtividade dos autores contribui para identificar aqueles que apresentam maior robustez teórica dos estudos desenvolvidos, visualizável na tabela 2.

Tabela 2. Produtividade dos autores de referência

	Autor(es)	Nº de publicações na base	Citações	H-index do autor	Universidade
1	Ezzamel, Mahmoud A.	105	5.151	43	IE Universidad
2	Lapsley, Irvine	145	4.635	35	University of Edinburgh Business School
3	Fromage, Diane	52	284	9	Universität Salzburg
4	Hyndman, Noel S.	62	2.244	29	Queen's University Belfast
5	Jacobson, Harold Karan	32	660	11	Jacobson, Harold Karan
6	Johnsen, Åge	53	1.389	22	OsloMet - StorbyUniversitetet
7	Kitschelt, Herbert P.	66	8.113	34	Duke University



8	Koliba, Christopher J.	87	1.736	23	University of Kansas
9	Ku, Charlotte	39	268	7	American Society of International Law
10	Olsen, Johan P.	44	8.792	28	Universitetet i Oslo

Fonte: Elaborada pelas autoras com base na pesquisa Scopus (2025).

No que se refere à análise de co-citação, entendida como a recorrência com que determinados autores são citados conjuntamente nas referências dos documentos do corpus, adotou-se como critério mínimo a ocorrência de três citações. A partir desse recorte, observou-se que, dentre as 466 citações dos 250 artigos analisados, 60 autores atenderam ao critério estabelecido, compondo a rede de co-citação identificada pelo VOSviewer, conforme ilustrado na Figura 3.

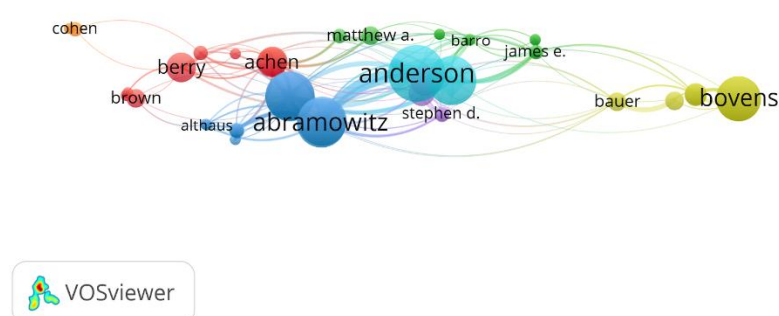


Figura 3. Co-citação dos autores

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir da base Scopus e do VOSviewer (2025).

A análise de co-citação evidencia, ainda, a centralidade de Christopher J. Anderson no corpus investigado, destacando-se como o autor mais co-citado, com 15 ocorrências nas referências bibliográficas dos artigos analisados. Esse resultado reforça sua relevância estrutural no campo da accountability democrática, uma vez que o autor também figura como o terceiro mais citado na Tabela 1, que reúne as quinze principais publicações do corpus por número de citações. Tal convergência entre impacto direto (número de citações) e impacto relacional (co-citação) indica que os trabalhos de Anderson desempenham papel articulador na literatura sobre a temática.

Visto isso, a análise da rede de clusters de palavras-chave é fundamental para compreender a estrutura conceitual do campo da accountability democrática, pois evidencia como os principais temas se organizam, se conectam e se diferenciam ao longo da produção científica. A Figura 4 evidencia uma estrutura temática relativamente bem definida, organizada em nove clusters, o que indica diversidade conceitual, mas também núcleos de



concentração analítica no campo da accountability democrática. O termo “democratic accountability” ocupa posição central e atua como eixo articulador da rede, conectando-se fortemente a conceitos como *political accountability*, *electoral accountability*, *corruption* e *economic evaluations*, o que revela uma ênfase recorrente nos mecanismos institucionais e nos efeitos políticos da responsabilização democrática.

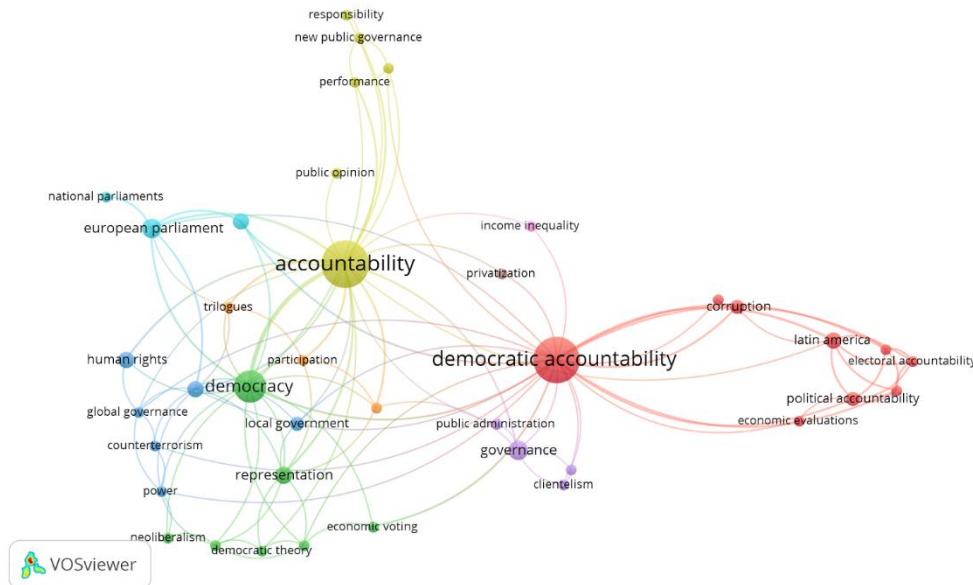


Figura 4. Visualização de rede de clusters de palavras-chave.
Fonte: Elaborada pelas autoras a partir da base Scopus e do VOSviewer (2025).

Observa-se ainda um cluster fortemente associado a “accountability” de modo mais amplo, relacionado a temas como *performance*, *responsibility* e *new public governance*, indicando diálogos com a literatura de administração pública e governança. Outro agrupamento relevante articula *democracy*, *participation*, *civil society* e *representation*, sinalizando abordagens normativas e participativas da accountability. A presença de clusters periféricos, ligados a contextos regionais (como *Latin America*) e a agendas específicas (direitos humanos, parlamentos, neoliberalismo), sugere a existência de nichos de pesquisa, reforçando a ideia de um campo plural, porém segmentado em subagendas analíticas relativamente especializadas.

Desse modo, a visualização dos clusters permite identificar eixos centrais de debate, áreas de maior densidade teórica e subtemas que se desenvolvem de forma mais periférica ou especializada, contribuindo para a leitura crítica do amadurecimento e da fragmentação do campo. Assim, esse tipo de análise, além de orientar a interpretação dos resultados bibliométricos, também subsidia a identificação de lacunas, tendências emergentes e possibilidades de aprofundamento teórico em pesquisas futuras.



5. Conclusões

O presente estudo teve como objetivo analisar a evolução e a estrutura do campo científico da accountability democrática por meio de técnicas bibliométricas. Os resultados obtidos permitem afirmar que o objetivo proposto foi plenamente alcançado, uma vez que foi possível identificar padrões de evolução temporal, autores e obras centrais, bem como a estrutura intelectual e temática que organiza o campo.

Em resposta ao problema de pesquisa, os achados indicam que a produção científica sobre accountability democrática apresenta crescimento gradual e consistente ao longo do tempo, com maior densidade a partir dos anos 2000, período marcado pela consolidação teórica do conceito e por sua articulação com debates sobre democracia, governança, instituições e comportamento político. Observou-se que o campo é fortemente influenciado por obras publicadas entre 2000 e 2010, que permanecem como referências estruturantes, especialmente aquelas associadas à ciência política comparada e à teoria democrática.

As análises relacionais evidenciaram um campo caracterizado por fragmentação autoral e colaboração limitada, com redes de coautoria pouco densas e organização em nichos de pesquisa relativamente isolados. O acoplamento bibliográfico revelou a existência de um núcleo restrito de artigos que compartilham bases teóricas comuns, ao passo que a análise de co-citação destacou autores centrais, como Anderson, cuja influência se manifesta tanto pelo impacto direto quanto pela articulação relacional no campo. A análise de palavras-chave, por sua vez, demonstrou a coexistência de clusters temáticos bem definidos, que articulam accountability democrática a temas como eleições, governança, corrupção, participação e administração pública.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a utilização exclusiva da base Scopus, o que pode ter restringido a inclusão de produções relevantes indexadas em outras. Ademais, a opção por restringir a busca ao campo Title, embora tenha assegurado precisão conceitual, pode ter excluído trabalhos que abordam a accountability democrática de forma substantiva, mas não a explicitam no título.

Como contribuições, o estudo oferece uma leitura estruturada e atualizada do campo da accountability democrática, auxiliando pesquisadores na identificação de referências centrais, tendências emergentes e lacunas analíticas. Para pesquisas futuras, sugere-se o cruzamento de informações de outras bases de dados, a adoção de outras métricas de bibliometria, além da realização de análises comparativas entre campos disciplinares e o aprofundamento qualitativo de subtemas identificados como periféricos ou emergentes, especialmente aqueles relacionados às tecnologias digitais e à governança democrática contemporânea.

Referências



BAR-ILAN, Judit. Which h-index? A comparison of WoS, Scopus and Google Scholar. **Scientometrics**, v. 74, n. 2, p. 257-271, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-008-0216-y>. Acesso em: 28 dez. 2025.

BEHN, Robert D. **Rethinking democratic accountability**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2001.

BEVIR, Mark. **Democratic governance**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

BOVENS, Mark. Analysing and assessing accountability: a conceptual framework. **European Law Journal**, v. 13, n. 4, p. 447-468, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x>. Acesso em: 26 dez. 2025.

CONSTANTINO, Jorge; WAGNER, Ben. Accountability and oversight in the Dutch intelligence and security domains in the digital age. **Frontiers in Political Science**, v. 6, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpos.2024.1383026>. Acesso em: 24 dez. 2025.

FAN, Yangyang. Accountability in public organization: a systematic literature review and future research agenda. **Public Organization Review**, v. 25, p. 295–310, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11115-024-00792-y>. Acesso em: 26 dez. 2025.

FOX, Jonathan. The uncertain relationship between transparency and accountability. **Development in Practice**, v. 17, n. 4-5, p. 663-671, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/09614520701469955>. Acesso em: 24 dez. 2025.

FUNG, Archon; GRAHAM, Mary; WEIL, David. **Full disclosure: the perils and promise of transparency**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1017/9780521699617>. Acesso em: 24 dez. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LARREGUY, Horacio; RAFFLER, Pia J. Accountability in developing democracies: the impact of the internet, social media, and polarization. **Annual Review of Political Science**, v. 28, n. 1, p. 413-434, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-033123-015559>. Acesso em: 26 dez. 2025.

KOSEOGLU, Mehmet Ali. Growth and structure of authorship and co-authorship network in the strategic management realm: evidence from the Strategic Management Journal. **Business Research Quarterly**, v. 19, p. 153-170, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.brq.2016.02.001>. Acesso em: 26 dez. 2025.

MANSUR, Janylle Hanna; MATTOS, Carlos André Corrêa de. Transparência pública e a influência no controle social: uma pesquisa com agentes públicos. **Revista da AGU**, v. 24, n. 1, 2025. DOI: <https://doi.org/10.25109/2525-328X.v.24.n.01.2025.3530>. Acesso em: 24 dez. 2025.



MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARGETTS, Helen; JOHN, Peter; HALE, Scott; YASSERI, Taha. **Political turbulence: how social media shape collective action**. Princeton: Princeton University Press, 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctvc773c7>. Acesso em: 26 dez. 2025.

NOVECK, Beth Simone. **Smart citizens, smarter state: the technologies of expertise and the future of governing**. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

O'DONNELL, Guillermo. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 44, p. 27–54, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200003>. Acesso em: 24 dez. 2025.

PETERS, B. Guy. **The politics of bureaucracy: an introduction to comparative public administration**. 6. ed. Londres: Routledge, 2010.

PINHO, José Antônio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343–1368, nov./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006>. Acesso em: 24 dez. 2025.

PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C.; MANIN, Bernard (org.). **Democracy, accountability, and representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

RIOS, Rodrigo Sánchez; GARCIA, Flávio Cardinelle Oliveira. Corrupção pública e accountability: uma proposta de enfrentamento integrado a partir da perspectiva da accountability social. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 126, 2023. DOI: <https://doi.org/10.9732/2023.V126.693>. Acesso em: 24 dez. 2025.

SCHEDLER, Andreas. Conceptualizing accountability. In: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. (org.). **The self-restraining state: power and accountability in new democracies**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999. p. 13–28.

SLOUGH, Tara. Bureaucratic quality and electoral accountability. **American Political Science Review**, v. 118, n. 4, p. 1931–1950, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055423001405>. Acesso em: 26 dez 2025.